

detalhe do alimento – usado na composição latina como um dos artifícios para a conquista da matrona –, fica evidente a imagem de rebaixamento: as necessidades corporais vencem a morte e o homem jamais deve fiar-se no amor de uma mulher. Diz o epimítio:

[...] nom de[u]emos creer nem ssguyr aa vooomtade da molher, porque o sseu emtendimento nom he estauyll, mas mudasse muytas vezes no dia, e Ssalamam diz: *ffemyra nula bona, guya ter mutatur im ora*. Diz ajmda: poucas uezes acaba cousa que compeçe; a molher he uso de demonio que traz em ssy hũa doce peçonha; a molher foy aquella que enganou Adam com outros grandes ssabedores; a molher he hũu armuzello do demonio, e assy como pescador pesca os peixes com o armuzello, assy a molher pesca os homêes e manda-os ao Inferno breuemente [...].

A fábula XXV – “A rameira Tayda e o mancebo” – conta como “hũa molher puta” enganou “hũu homem manço”, insistindo nas polarizações que caracterizam o pensamento cristão-medieval em relação aos sexos: masculino : Bem : : feminino : Mal. E o epimítio confirma, numa clara relação entre *gula* e *luxúria*, que o caminho da bem-aventurança consiste no domínio do baixo corporal:

Deuemos [tomar] emxemplo de aue que algũa vez come de hũu fruyto que ha nome taxo, que amarga muyto; e a aue, depois que o come hũa vez, nunca o come mays, porque o acha muyto amarguoso: e este fruyto se pode comparar aa puta que parece doce, e no partir amarga, ca

ella nom ama o homem ssemom a todo sseu proueyto, e pera leuar d'ell quanto póde.

Ameaçado pelo risco das *penetrações*, que o colocam em contato com a corrupção mundanal, o corpo deve ser protegido; advertindo que *as aparências enganam*, o epimítio aponta o perigo que advém da contemplação de *belo material*, repetindo a lição bíblica: “Não contemples a beleza de uma mulher,/ Não cobiçes a uma mulher pela sua beleza” (Eclesiástico, 25, v. 28).

É importante ressaltar que as duas fábulas referidas, ao trabalharem a *luxúria*, apresentam *casos* passados com humanos: veicular a *lição da castidade* através do jogo entre animais seria, no mínimo, degradar um tabu tão cuidadosamente lapidado pelo pensamento cristão medieval com finalidade de afastar o homem de sua própria animalidade...

Destilando lições como a conveniência da simplicidade, da caridade, da gratidão, da pobreza, da amizade, da fidelidade, da discrição, da justiça, as fábulas constituem *veículos de conversão*. E seu autor sabe disso: recuando um *topos* comum da retórica medieval, compara o *Livro* “a hũu orto no quall estam flores e fruytos: pellas flores sse entemdem as estorias, e pello fruyto sse entemde a semtemça da estoria [...]”.

Dirigindo-se ao homem do calamitoso século XIV (e XV), o autor d’*O livro de Esopo* soube capitalizar a herança clássica, adaptando-a à doutrina cristã no sentido de conduzir o leitor não mais à ilha de Circe... mas às Portas do Paraíso...

Machado de Assis lê Saint-Clair das Ilhas*

Marlyse Meyer

Professora da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O ensaio apresenta o romance inglês de 1803 e se interroga sobre os possíveis motivos que teriam levado Machado de Assis a ficcionalizar o “moralíssimo livro”, lido e relido por tantas de suas personagens.

Palavras-chave

Machado de Assis; *Sinclair das Ilhas*; romance de folhetim.

Abstract

The present essay presents the 1803 English novel and enquires the possible reasons which might have led Machado de Assis to fictionalize this “utterly moral book”, which so many of his characters read and reread.

Keywords

Machado de Assis; *Saint-Clair of the Isles*; serial novel.

Grande parte dos contos e até romances de Machado de Assis foram inicialmente publicados na imprensa destinada “às famílias” e às mulheres. Já mencionei *A Estação*,¹ jornal de modas do Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX. Este, quinzenal, além dos moldes, riscos, profusos e coloridos figurinos ilustrando uma *Carta de Paris* que abria o jornal (tamanho in-4º), tinha igualmente uma *Parte Literária*. Nesta, Machado de Assis parece ter desempenhado algumas funções, além de ser um de seus colaboradores mais assíduos. Nela foram saindo em pedaços quinzenais vários contos e romances, e não dos menores, *O alienista*, *Casa velha*, *Quincas Borba* etc... Entre as várias perguntas suscitadas pelo folhear das revistas que alternavam figurinos e trechos picados de Machado de Assis, colocava-se a da relação entre obras tão fortes, “masculinas”, e a apregoada e muitas vezes invocada futilidade das “gentis leitoras” a quem eram destinadas.

Essa “gentil leitora”, quem sabe, preferisse continuar a ler aquelas novelas européias, melhor dizendo, inglesas, melhor ainda, novelas sem fronteiras, que circulavam pela Europa e até o Brasil, geralmente escritas por

* Este ensaio, em versão ampliada, foi publicado recentemente no livro *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998, pp. 31-107.

1 Ver Marlyse Meyer, “De estação em estação com Machadinho”, in *Caminhos do imaginário no Brasil*, São Paulo, Edusp, 1993, pp. 73-107.

mulheres.² Novelas sentimentais, romanescas, de aventura até, mas ancoradas numa visão doméstica e tranqüila do mundo novo que se instalara na Inglaterra e se instaurava como grande modelo da vida moderna, o mundo pós revolução industrial. Uma literatura ficcional de que o *Sinclair das Ilhas ou Os desterrados da Ilha de Barra* (1803), de autoria de Mistriss (sic) Helme (?-1816), é um lídimo representante.

Acontece que esse *Sinclair* é a novela que o romancista Machado de Assis mais oferece no seu mundo ficcional como leitura a muitos de seus personagens, gente tão mediana e de tão parca cultura como se supõe (como ele supunha?) que fossem as assinantes e “gentis leitoras” de *A Estação* e congêneres.

Por que precisamente *Sinclair das Ilhas*?

Sabe-se o quanto esse livrinho marcou a juventude de Alencar, que atribui à sua leitura, cem vezes repetida, a origem de sua vocação de romancista.

Machado, que nega ter lido *Rocamboles*, terá lido *Sinclair das Ilhas*?

No capítulo III de *Ao vencedor as batatas*, Roberto Schwarz coloca a questão da valorização da família como paradigma social, como foco do romance conservador da primeira fase de Machado. Citando Sartre em nota:

Com Ponsard, Jules Sandeau, Augier, cria-se uma literatura bom-burguesa e anti-romântica. Para estes autores a arte deve moralizar. Condenam a paixão em nome do utilitarismo.

E Roberto Schwarz acrescenta:

É provável, segundo J. M. Massa, que Machado se tenha apoiado nesta linha. Seria preciso pesquisar para localizar os possíveis empréstimos, sem o que esta exposição ficaria incompleta. (p. 72)

2 Ver M. Meyer, “Mulheres romancistas inglesas do século XVIII e romance brasileiro”, op. cit., pp. 47-72.

3 Ver M. Meyer, “O que é ou quem foi Sinclair das Ilhas?”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, IEB, 1973, n. 14, pp. 37-63; o mesmo título, com modificações na revista *Almanaque*, São Paulo, Brasiliense, 1978, n. 8, pp. 82-99; “A la recherche de Saint-Clair des Iles”, *Revista do Centre de Recherches Latino-Américaines*, Université de Poitiers, jun. 1973.

Na verdade, antes de talvez se apoiar “na literatura francesa recente, de segunda”, os modelos já eram provavelmente anteriores, sempre a partir de uma literatura de segunda, mas nem por isso menos marcante, ao que tudo indica.

Leituras ainda mais inconspicúas do que o *Sinclair*, tais como aqueles romances franceses popularíssimos de Ducray-Dumisnil, cujo *Coelina ou les enfants du mystère* transformou-se num dos primeiros melodramas, ou de Pigault-Lebrun, autor entre outros do conhecidíssimo *L'enfant du Carnaval*, em cuja introdução eu veria uma inspiração para o *Sargento de milícias*, e o recordista de presença, Paul de Kock. Este ocupa quatro páginas em duas colunas do catálogo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, que pode ter sido frequentado pelo jovem Joaquim Maria (como o foi por Alencar), assim como a Biblioteca Fluminense, onde Paul de Kock também está muito representado. Ambas situadas para as bandas de seus primeiros locais de moradia. Paul de Kock, de quem o grande crítico inglês Saintsbury dizia ser “uma das características, curiosamente fazer da Suíça o lugar de punição de seus maus caracteres”. – Capitu!

Caso reconhecesse sua dívida, se dívida houver, Machado não estaria em má companhia: Victor Hugo (veja-se o prefácio a *Han d'Islande*), Balzac (tão aplicado em copíá-los nos seus *romans de jeunesse*), Nerval e Flaubert (vejam-se os *Souvenirs littéraires* de seu amigo Maxime du Camp) até reconheceram o que deviam a Pigault-Lebrun e congêneres.

Mas explícita mesmo foi a marca *Saint-Clair das Ilhas ou Os desterrados da Ilha de Barra*, *lenda escocesa*.³

Do que se trata?

Lembrarei as grandes linhas de um complicado entrecho, destacando alguns aspectos da primeira parte do livro, pois revelam, além da óbvia ideologia da autora, o que nele pode-

ria ter atraído, além da recreação, o tradutor, o editor Silva Porto (em cuja loja, a “cova de Trofônio”, reuniam-se Gonçalves Ledo e outros liberais, muito ligados a Minas) os subscritores, o primeiro resenhador e os possíveis primeiros leitores brasileiros que ignorassem o francês (traduções já aqui chegavam), da edição brasileira de 1825 cuja versão utilizo.⁴

Situação inicial: final do reinado de James I, Rei da Escócia; na fortaleza da Torre Mac Leod (visível até hoje), na Ilha de Barra, uma das Hébridas, vive o chefe St. Clair Montheit, também chamado Saint-Clair das Ilhas, homem valoroso, franco e respeitado, degredado por decreto do Rei James I, a pedido de Lord Roskelin, seu próprio irmão, que não só ficou-lhe com as terras e bens, como desposou-lhe a antiga noiva. Este fora instigado pela esposa e pela mãe, a qual odeia Sinclair, nascido um pouco prematuramente para as conveniências morais. Companheiros de exílio, uma dúzia de cavalheiros, fiéis ao chefe, como lhe são fiéis os ilhéus. Estes são muito ajudados por Saint-Clair nas horas difíceis do inverno, e não hesitariam em unir-se em bando para defendê-lo dos ataques de um Rei cruel que não esquece de “mandar às mães e viúvas as cabeças dos fidalgos que julgava infiéis e mandava matar”. Mas Sinclair usa de prudência: tenta manter em paz os pobres, pois “nossos bons ilheos não têm motivos para mudar; o seu destino é o de seus pais, estão contentes com sua sorte; para que perturbar sua tran-

qüilidade? Deixemos vegetá-los na sua feliz obscuridade. Para eles, paz e trabalho; para nós, perturbação e vida alegre. Enchamos os copos...”. “O medo, ou a prudência” também animava os conselheiros do Rei, para dissuadi-lo de expedições punitivas contra a “arrogância” dos proscritos: “Os ilheos são corajosos e ferozes, amigos de seus amigos, mas terríveis para inimigos; se se levantassem em maça [sic], se houvesse uma insurreição, vossa magestade afinal viria a subjugallos; mas com huma pèrda consideravel de gente, e numerario, não fallando nas sementes d'odio, que ordinariamente trazem consigo as guerras civis, e que de hum instante para outro podem renovar este terrivel flagello. A vossa magestade compete decidir, se merece a pena, neste caso, de correremos tantos riscos.” (Lembro que a edição do Rio saiu durante o episódio da Confederação do Equador.) Os companheiros de Saint-Clair empreendem um *raid* em Edimburgo para resgatar um dinheiro que lhe é devido e negado. Os cavaleiros raptam um menino de 3 anos, Randolph, sobrinho de Montheit. O chefe resolve adotar a criança como filho e todos os banidos empreendem-lhe a educação, digna de um Chefe e não de um Pai traidor.

Um dia surge na Ilha, sozinho num barco, e vai desaparecer logo depois, um misterioso visitante, belo e ardente rapaz que inflama a curiosidade de todos, menos a do misógino Sinclair. Para sacudir o tédio vai todo o grupo,

4 *Saint-Clair das Ilhas ou Os desterrados na Ilha de Barra; tradição escocesa*, traduzida do francez em lingua vulgar e dedicada ao Il. Sr. Albino Gomes Guerra de Aguiar, Cavaleiro da Ordem de Christo e da Imperial do Cruzeiro, e Comissario Geral do Exercito do Imperio do Brasil; por A.S.C., na Typographia de Silva Porto e Comp., 1825, 4 tomos em 2 volumes, in-12. A seguir o dicionário de pseudônimos de Tancredo de Paiva, A.S.C. designaria Antônio da Silveira Caldeira, proprietário rural, negociante da praça do Rio de Janeiro, o qual, anos mais tarde, na boa tradição brasileira de misturar literatura e obras utilitárias no afã civilizatório, publica uma *Memória sobre um novo método de preparar o café, história do cafezeiro...* A resenha é a de Pierre Plancher, publicada no jornal fundado por ele, destinado à ilustração das moças, *O Espelho Diamantino: periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas dedicado às senhoras brasileiras*, n. 2, segunda-feira, 1º out. 1827, pp. 22-23. Menciono ainda um anúncio, interessante por mostrar quem eram os comerciantes de livros na época: “OBRAS PUBLICADAS; sahirão á luz: o 1º e 2º tomo de huma Tradição escocesa, Saint-Clair das Ilhas [...] traduzida do Francez [...] 4 tomos, custo 2\$400. Continua a subcrever-se para esta obra nas seguintes casas [...]”. E segue-se uma lista que, ao lado de algumas “lojas de livros”, menciona um “armazém de música de Ferguson & Crockett”, duas “boticas”, um armarinho, uma loja de ferragens... *Diário do Rio de Janeiro*, n. 19, quarta-feira, 23 fev. 1825.

fazendo-se passar por dinamarqueses, participar de um torneio na cidade de Perth, oferecido ao Rei e à Rainha. No camarote real está também, preciosamente vestida, uma moça de rara beleza, em quem os cavalheiros reconhecem o visitante misterioso. É Ambrosina, herdeira de Kintail. Ouvira falar das proezas de Sinclair, apaixonara-se à distância, donde a visita à Ilha. Depois de algumas peripécias e muita hesitação, o misógino herói desposa Ambrosina, para a felicidade de todos. Ela adota o menino Randolph que passa por primogênito e, na paz doméstica instaurada, vão se sucedendo os filhos, entre eles uma linda menina que adora o irmão mais velho, o qual lhe devolve a ternura.

A sensaboria que poderia resultar dessa vida sem acontecimentos é habilmente contornada pela revelação gradual do passado misterioso de Sinclair, sempre no registro da raiva impotente e da frustração, de tal maneira que a terceira parte, marcada pela notícia da morte matada do Rei, volta a ser a das desejadas aventuras. É o moço Randolph que retoma o facho, desatando vários nós do enredo. Há investidas escocesas às Ilhas, e a resistência dos bravos ilhéus, batalhas campais etc. O jovem James II, ao contrário do pai, perdoa os banidos, devolve-lhes os bens, chama-os à Corte, e consegue a adesão de todos na formidável batalha contra os ingleses. Outras peripécias ainda, justos castigos e reconciliação geral, num amplo e abrangente final feliz.

Temos de tudo, portanto, no *Saint-Clair das Ilhas*: brigas, batalhas, duelos e torneios, suspense, ríspidas paisagens, mistério, disfarces, amor, ódio, quase naufrágios, vilões e vilãs, quase incestos, peripécias que o fundo histórico tornava verossímeis. Ação, mas também, sublinhando os tempos de felicidade ou desgraça, quadros estáticos (os *tableaux* do drama burguês caro a Diderot), banhados a catadupas de lágrimas. Bons sentimentos, virtude, emoção, sensibilidade à flor da pele, nostalgias e alegrias simples, aquelas que um cotidiano bem assumido pode trazer, marcam o livro tanto quanto o clima guerreiro.

Convenha-se que uma tal fartura de ingre-

dientes só podia compor um livro altamente palatável, que agradou e agarrou gerações de leitores. Lá e também cá. Fica no entanto – para uma leitora de hoje, é verdade, mas muito apreciadora desse tipo de literatura – uma sensação de leitura um pouco refrutada, leitura que puxa o leitor um pouco para todos os lados.

Tentando desbastar a impressão e a enredada trama, observa-se que esta vai se desenrolando através de modalidades de diferentes gêneros narrativos. Como se a autora não quisesse desenvolver as virtualidades implícitas em cada um. Onde frequentes rupturas de tom, situações de anticlímax, até. Esparrama-se por uma leitura que eu diria oscilante.

A narrativa tem sua pitada de romance gótico, no resgate de Ambrosina perseguida por vilões, no mistério em que é mantido o passado do herói do título, desvendado em *flashback*, com hábeis suspensões narrativas, contrastes violentos entre fins e retomadas de capítulos, suspenses vários, ambientação *sui generis*, com castelos abandonados e seus longos corredores e subterrâneos, capelas à meia-noite etc. Muitos capítulos têm um dinamismo já capa e espada e aguçadores de curiosidade; há uma boa utilização de diálogos que acelera a leitura em muitos trechos. Mas a autora sempre freia um possível delírio imaginativo suscitado pelas peripécias montadas, com apelos à razão, à paciência, à moral.

O livro também remete ao romance de cavalaria, ao medievalismo, tal como vinham sendo revisitados nessa época de “antiquarismo” pré-romântico. Soube escolher o cenário exótico-ossianico que agrada; já o Dr. Johnson escrevera sobre o encanto rude das Hébridas – que até hoje, Barra em particular, continuam sendo fontes de coletas folclóricas. E até hoje se vêem pelas ilhas vestígios das fortalezas poderosas erguidas pelos numerosos chefes de clãs aliados ou inimigos do “Lord of the Isles”, sempre envolvidos em lutas intestinas.

E, principalmente com as irmãs Lee, também romancistas notórias então, Mistriss Helme anuncia o romance histórico por vir, e virá com Walter Scott, o qual não escondeu sua dívida para com suas modestas predecessoras. Ele também, além de reviver a história

da Escócia nos seus romances (que, na década de 1830, pelas traduções de Caetano Lopes de Moura, penetram abundantemente no Brasil), relata nos seus *Tales of a Grandfather* os episódios que constituíram o fulcro histórico do *Saint-Clair of the Isles*. Mrs. Helme, que já escrevera uma *História da Escócia*, com inúmeras edições e muito traduzida, tematiza o que um historiador chamou os *leitmotives* da antiga história escocesa: as ininterruptas lutas interclânicas, entre elas uma das mais poderosas, a luta encarniçada entre o clã Donald Ross etc., os “Lords of the Isles” e os Black Douglases; e a de ambos e de outros clãs ainda, contra o Rei da Escócia. E de todos contra a Inglaterra, inimiga hereditária. O livro focaliza o tempo de dois Reis particularmente envolvidos nas lutas contra os seus barões, o “Lord of the Isles” principalmente. James I (1406-1437) ilustra bem a tradição de violência extrema que marcou a história escocesa. Foi raptado em alto-mar pelos ingleses quando tinha 11 anos, foi levado à França pelo próprio Henrique V (Shakespeare), só regressando à Escócia em 1424. Tornou-se logo odiado pelas tentativas de impor uma justiça em terras onde não a havia, dirige assaltos contra os mais poderosos barões, assassinando vários, lança impostos impopulares, briga com Roma. Acaba assassinado em Perth, no Convento dos Black Friars, vítima de uma conspiração tramada pelos familiares de suas vítimas. Sucede-lhe o filho de 6 anos: seus tutores lutam contra barões que ameaçam o poder dos antigos conspiradores, agora leais ao novo rei. James II (1437-1460) pratica uma política de aproximação com os barões, ainda que não cesse a luta contra o “Lord of the Isles” e outros poderosos chefes de clã; mas consegue por um tempo a união de todos para batalhar contra o odiado inimigo comum, a Inglaterra. Morre jovem também, morto por um tiro de sua própria arma. Foi conhecido como *Fiery Face*, apelido atribuído por uma mancha de nascença no rosto e pela coragem; como tal, figura na “Ballade des Seigneurs du Temps Jadis” do poeta francês François Villon: “Mais ou est le preux Charlemaigne? // Semblablement, le roy Scotiste / Qui demy face ot, ce dit-on /

Vermeille comme une amatiste / Depuis le front jusq’au menton?”.

Já anunciando a técnica do romance histórico, Mrs. Helme consegue, com real eficácia, misturar o ficcional e o acontecido, personagens, eventos, datas e articulá-los na trama. Nem faltam notas de rodapé, reforçando a historicidade. Respeita os dados históricos inserindo-os numa cronologia que permite ir datando o tempo ficcional e inseri-lo no tempo maior da História. Como se viu, o presente narrativo situa-se durante os últimos anos do reinado de James I, cuja atuação condiciona as peripécias por vir e as do passado narrativo. Sabe-se que, durante o cativeiro do Rei, o jovem Sinclair, enquadrado na tradicional aliança entre a Escócia e a França, lá serviu brilhantemente sob as ordens do duque de Touraine, o que torna verossímil a criação do pitoresco cavaleiro du Bourg que regressa com ele à Escócia. É o retorno do Rei que marca as vicissitudes do herói e seus companheiros; é o “cruel opressor”, tirano, que, para agradar a um seu barão, Roskelin, ordena o banimento, escorcha-o com impostos e acaba, em 1430 (data histórica), invadindo a ilha, três anos depois do casamento Sinclair/Ambrosina. A morte do Rei, cuja notícia chega à Ilha numa noite de Natal de 1437, determina a guinada de enredo, com seu sucessor favorável aos desterrados. É significativa aliás do espírito geral do livro de Mrs. Helme – uma história de aventuras heróicas com intenções apaziguadoras – a reação do chefe Montheit à morte do tão odiado “tirano”:

– Infeliz Jacques! disse Montheit com sensibilidade; foste meu inimigo, mas nunca te desejei a morte, e nem posso deixar de deplorar teu fim cruel, e chorar-te dentro d’alma. Mas contai, Sir Alexandre, algumas circunstancias desse horrível successo.

[...]

Sir Alexandre referio então, como Walter, Conde de Ahhal, Sir Robert Granham e muitos outros se tinham conspirado contra a vida do Rei; como, foram acommetello mesmo no seu quarto todos juntos, e defendendo-se com valor por algum tempo, opprimido do numero, suc-

cumbira com vinte e oito feridas, que recebeo em diferentes partes do corpo.

[...]

– Desgraçado homem! disse Ambrozina, enxugando as lágrimas; bem pagou as suas faltas; ellas serão esquecidas, e só nos lembraremos agora de suas virtudes, e desgraças.

– Que não estivesse eu junto delle para defendello! exclamou Montheit; a pessoa de hum Monarca he sagrada, e a vingança do Céu ha de perseguir os auctores deste crime.

[...]

Todos os habitantes da fortaleza exprimirão o horror, que lhes inspirava esta acção. “Se elle morreria pacificamente no seu leito, exclamou de Bourg, confesso que não teria sentimento pelo fim natural de hum injusto oppressor; mas a natureza se revolta com similhante barbaridade. (livro 1, pp. 39-42)

Vimos, pelo resumo anterior, que o comportamento esclarecido de James II que condiciona a terceira parte do livro também se aproxima da verdade histórica; a ordem real que reintegra Sinclair é assinada no próprio castelo real de Stirling, em 1448. A partir de então o pano de fundo já não é tanto a selvagem e amada Ilha, mas a Corte, cujas intrigas e frivolidades são desprezadas por Ambrosina. A precipitação da mudança não lhe dá tempo de fazer roupa nova, mas “uma mulher de soldado” não se preocupa com isso: “as senhoras da Corte talvez motejarão nossos antiquados trajes; mas se elas nos vencem em elegância, nós as venceremos em venturas”. “Mais ou sont les neiges d’antan?” Onde está o “ornamento mais bello do torneio real, a elegante herdeira de Kintail, vestida de setim branco; seus braços e pescoço ornados de finas perolas, seus bellos cabellos louros da mais engraçada cor, parte presos atraz por hum fio d’ouro, e parte cahindo em aneis

sobre o rosto, e pescoço de alabastro à maneira de huma ligeira cadea d’ouro [...]”.

Mas depois da grande batalha contra os ingleses (histórica), em que o jovem herói fictício vence o velho guerreiro, verdadeiro, à medida em que se vai caminhando para o epílogo, que tudo vai entrando nos eixos para o herói e sua grei, o tempo narrativo, até agora tão bem articulado com o tempo histórico, tão concretamente datado até então, vai como que se esvaindo. Interrompem-se as informações sobre James II, fica só pairando a imagem de sua grandeza e generosidade, a do Chefe único. E, como que num retrocesso de gênero narrativo (do *novel ao romance*), volta-se ao tempo da fábula. Os heróis parecem ficar a salvo do envelhecimento, todos eles parecem ter a eternidade na frente deles, ou pelo menos compartilham do privilégio que Montheit (novo Matusalém) atribui à bem-amada esposa: “[Ambrosina] é a única mulher em quem o tempo não tem influência; ele respeitou as graças do seu espírito tanto como as da sua figura.”

Mas, de um modo geral, a autora consegue transmitir um efeito de real pelo adequado entrelaçar do ficcional e do sucedido. Numa época em que o romance também queria ser educativo (o exemplo de Rousseau ainda paira) o leitor do *Saint-Clair*, tanto quanto o talvez mais sofisticado de Walter Scott, podia ao mesmo tempo se envolver no faz-de-conta e acreditar que estava adquirindo um certo conhecimento da História. Também contribui para isso a convincente imagem que passa do sistema e modo de vida do clã escocês. A total fidelidade do bando a um chefe patriarcal, com direito de vida e morte sobre seus homens, a habilidade guerreira etc. Há uma descrição fiel de um rito fundamental, o enterro de um chefe:⁵ a tradição dos bardos é inserida como elemento da intriga etc. Visão um pouco pas-

teurizada, no entanto, da terrível e impiedosa violência apontada pelos historiadores, que marca as lutas interclânicas e antiinglesas, e seu séquito de saques, pilhagens, incêndios, chacinas. Como também inexistente a dimensão sobrenatural das antigas raízes célticas, o mundo mágico, o séquito de feiticeiras e crenças, marca fundamental da Escócia, das Highlands em particular. É uma Escócia revisitada pelo espírito século XVIII, racional, da informada e prudente professora.

De qualquer forma esse mundo praticamente acabara como sistema de vida na época em que escrevia Mrs. Helme; só subsistia nas memórias, realimentadas pelas célebres baladas e lendas que o século XVIII passara a coletar e passara a matéria literária. Donde poder-se apontar para uma terceira dimensão temporal no livro, um tempo subjetivo, o da saudade e idealização, que também poderia ser projetivo: “naquela triste habitação [a torre dos Mac Leod], Saint-Clair se julgaria feliz, se pudesse se esquecer do passado”.

A desagregação desse mundo, posterior ao tempo histórico da ficção, já parece estar inscrita no tom de melancolia e ressentimento que abre esse *scottish tale* e não se desvanece de todo no decorrer da ação. Esse tom que emana dos personagens e mascara o desejo evidente de amenizar da autora acaba diluindo o tema heróico da guerreira rusticidade escocesa, como atenua outros temas, mais modernos: o do banido e o da vingança. Uma vingança que a raiva impotente do herói-mor não conseguiu efetivar, e que, retomada pelo herói moço, Randolph, acaba desembocando numa reciprocidade geral de perdões e reconciliações tutelados pelo novo e, desta vez, bom Rei. As quebras nos tempos fortes do enredo vão pontuando esta aspiração à não-violência (Sinclair o guerreiro, como Riobaldo antes do pacto, jacta-se de nunca ter matado ninguém), e à ordem, pouco condizente com as pretensões históricas, cavalheirescas, góticas, e que vai finalmente condicionar a conclusão. Esta parece visar muito menos a resolução satisfatória de todos os mistérios e nós, que, na verdade, foram se desvendando devagar, do que orquestrar um progressivo e triunfante arranjo

ordenador de todos os entrevistos conflitos; o suspense maior ficando – para os personagens envolvidos, e não para o leitor, informado – por conta dos quase-incestos.

E, para manter seus personagens na rédea conservadora da impossibilidade de uma ação que poderia levar à desordem, e tornar verossímil a reconciliação que sela as sempre neutralizadas peripécias, a autora ainda lança mão de outro gênero: a *domestic novel*.

Muito menos do que falta de tarimba – ela é grande na fecunda e popular autora –, esta narrativa que oscila entre os gêneros, onde são visíveis as contradições na conduta do enredo e na caracterização de alguns personagens, traduziria, parece-me, uma oscilação entre os mundos que marca a realidade conturbada do momento em que escreve a autora. Tanto o querido *Saint-Clair das Ilhas* como *Amanda e Oscar*, outro romance paradigmático, são projeções conservadoras desses tempos conturbados.

Aquela época dos 1790, tão magistralmente esmiuçada na sua complexidade por E. P. Thompson (*Formação da classe operária inglesa*): a da “agitação para uma democracia inglesa”, de fortes raízes locais e realimentada pela vigente Revolução Francesa; época do sucesso retumbante dos *Direitos do Homem* de Tom Payne; em que se plantaram centenas de árvores da Liberdade; entusiasmo compartilhado de início pelos grandes intelectuais do tempo, os quais, diante dos excessos do Terror, descambaram para reação contra-revolucionária do conjunto da população igualmente movido pelo patriotismo diante da guerra contra a França; subsiste no entanto o foco jacobino do grupo de Godwin e sua mulher Mary Wollstonecraft, autora, entre outros, dos *Direitos da Mulher* (com repercussão no Brasil). A virada contra-revolucionária dos 1796 é acompanhada por violenta repressão antijacobina. Época de motins que se estenderam pelo século afora, com forte recrudescência de *food riots* entre 1800 e 1801. Época também em que se exerce a forte influência apaziguadora e conformista dos metodistas de Wesley (cujas contradições aliás Thompson examina com muita acuidade), com seus métodos de

5 Para quem quiser saber um pouco mais sobre essa vida de clãs, não sem analogia com o antigo sistema brasileiro, o mundo dos Joca Ramiro, Hermógenes, antes dos Zé Bebelo, remeto ao livro fundamental de Trevelyan que li em edição francesa, *Histoire sociale de l'Angleterre*, e, mais recente, o primeiro capítulo de L. F. Grant, *Highland Folkways*, Londres, 1961; veja-se também Edward J. Cowan (ed.), *The People's Past: Scottish Folk, Scottish History*, Edinburgh, E.U.S.P.B., 1980; E. Hobsbawm, *The Age of Revolutions*.

educação e alfabetização concretizados nos *Charity School* e *Sunday School*. Grande e eficaz apologista das idéias de Wesley, transformadas em folhetos (*chap books*) de grande alcance popular, Hanna Moore, opositora de Wollstonecraft.

Na Escócia, por sua própria história, as tensões eram mais fortes ainda: era evidente, diz Thompson, que lá houvesse uma forma ainda mais intensa de agitação em prol de uma democracia escocesa.⁶

A Escócia com efeito conhece as profundas mudanças socioeconômicas do século XVIII, com inevitáveis benefícios, mas também com os inevitáveis sobressaltos diante do fim de um modo de vida profundamente arraigado, e sem que tivessem desaparecido os sentimentos de hostilidade em relação à Inglaterra, sempre vivos mesmo após (ou por causa da) união de 1707. Depois da última grande rebelião e selvagem repressão de 1745 desaparece o sistema clânico das Highlands, cujo regime jurídico e social era mil anos mais antigo que o das Lowlands, Escócia Meridional. Estão pacificados os selvagens Highlanders, muito embora persista muito tempo ainda a fidelidade dos homens do clã a seu chefe. Isto está bem retratado no romance de Robert Louis Stevenson, *Kidnapped*, romance este que Guimarães Rosa me dizia confundir, na sua memória, com o *"Sencler" das Ilhas*.

Sobem novas classes sociais – os mercadores que formam com os antigos chefes a nova elite dominante, que tenta moldar seus costumes sobre os valores da velha aristocracia e reforça os da classe média. A dissolução do clã e seu sistema de reciprocidade de favores dá a real dimensão da total miséria de uma população a quem já não acodem seus chefes, que, por outro lado, apesar da familiaridade das relações, sempre a exploraram.

A Revolução Francesa entusiasma, plantam-se árvores da Liberdade e lê-se muito Tom Payne. Criam-se numerosas associações. Fala-se em e pregam-se democracias. República, até. Como diz Hobsbawm, opondo-a à tradi-

cional inimizade da Inglaterra contra a França, a antiga aliança entre Escócia e França reforça e acentua a agitação democrática na Escócia e seu forte cunho popular. Inevitável corolário, na linha da virada de 1796, a violenta repressão. A nova economia leva ao deslocamento de populações inteiras (*clearance*) e descobre-se o caminho da imigração. Entre 1800 e 1803 sucedem-se as levas para o Canadá, a primeira delas, aliás, parte de Kintail, o feudo da bela Ambrosina.

Nesse contexto, Mrs. Helme estava mais para Hanna Moore do que para Mary Wollstonecraft. E sua novela, na profusão de seu enredo, na sua narrativa oscilante, reverbera esses tempos conturbados e a própria preocupação da autora.

E nesse contexto, pois, é quase realista, em termos da Escócia real, a sobreposição do discurso moral, didático e apaziguador do já consagrado e surrado gênero *domestic novel* aos gêneros gótico e antiquário. (Diga-se, aliás, antecipando, que Machado de Assis tinha lá suas fraquezas pelo mundo ilhado recriado pelo gênero familiar, se lembrarmos que no seu artigo crítico sobre "A nova geração", julga importante transcrever por completo o poema de Lúcio Mendonça, "A família". Do mesmo autor, lembra o nostálgico poema da "Aninha, a pérola roceira, cujo pezinho trocou o folgado tamanco pela botina azul-celeste"...)

O apelo à temática doméstica como que responde ao medo e ao desejo geral de ordem num mundo em mudança. Se a "turma da melancolia e do ressentimento" denota a nostalgia de um tempo que a aventura sonhada não pode mais devolver, o que vai permitir a entrada no mundo outro que dispensa clãs, bandos e heróis será o casamento e a constituição da família. A autora professora reencontra a boa tradição wesleyana metodista que gerou as "Society for Promoting of Christian Knowledge", com sua concepção de um gênero de vida cuja "cidadela era o lar da classe média, com seu culto familiar; e daí que se saiu para converter as almas, educar os

espíritos e cuidar do corpo dos pobres esquecidos".⁷

Diluem-se as peripécias aventureiras da trama, ao desenrolá-las sob o signo da emoção, das lágrimas abundantes, dos bons sentimentos, da virtude, canalizados para os valores supremos do casamento e seu amor sereno; para a maternidade e educação dos filhos, como alvo de vida. A paz doméstica, enfim. (Prenúncio de um Riobaldo, que também leu o *"Sencler" das Ilhas*, nem mais jagunço, nem mais fazendeiro, nem mais amante de Nhorinhá, sonhador do irreparável e conformado esposo da meiga Otacília.)

Neste sentido, foi muito feliz a escolha do cenário e do título, pela sua potencialidade sugestiva.

A ilha, e, mais ainda, as ilhas, na sua indefinição extra-limites, é o espaço dos mil e um significados. As de Mistriss Helme têm, como se viu, o seu valor literário: o fascínio e o pitoresco das selvagens Hébridais, cenário natural, pré-romântico por excelência. Mas é também uma opção verossímil historicamente, e, ademais, é uma História longa: abrange tanto as havidas lutas de vassalos e suseranos em torno da realidade do "Lord of the Isles", como remete ao efetivo passado céltico. Uma raiz que se perde no mito, donde abrir-se também o livro ao imemorial simbolismo da ilha: centro primordial, morada dos bem-aventurados, lugar de refúgio e paz, abrigo contra as convulsões e agitações do mundo.

Que melhor figura, portanto, para simbolizar essa novidade burguesa, a grande utopia do século XVIII (que Peter Szondi aponta na estrutura estética do drama de Diderot), a intimidade? A família que se aninha na Ilha é a verdadeira fortaleza dentro da rude fortaleza de Barra, vivendo um cotidiano caloroso, preservado dos embates e ressentimentos que traz, inevitavelmente, o mundo lá de fora. Ilha-clausura da família, recesso inviolável do lar: "Ah! esta ilha, esta querida ilha! será que não haveremos de sentir falta dela?", indaga Ambrosina na hora em que a família vai reencon-

trar o castelo dos antepassados. "Haveremos de reencontrá-la onde quer que estivermos juntos!", responde Montheit.

Donde, quase óbvio, nesse mundo que se deseja enclausurado, encontrar – em duas situações complementares – um antigo macete narrativo: o incesto. O(s) incesto(s), cuja iminência sempre pairando alimenta o suspense, antes que figura da desordem, ou de picante condimento narrativo, parece a mais exacerbada confirmação da ordem. Seu escamoteamento pelos reconhecimentos finais, que surgem *in-extremis*, mais do que solução "natural", lembra o *deus ex machina* do teatro; antes parece concessão à norma clássica da *bien-séance*, do que fundamental ditame moral para uma família que aspira essencialmente... à união da Ilha. Mais do que surrado motor de enredo, o incesto parece a figura quase-verossímil dessa cerrada intimidade familiar, quase que o corolário dessa intimidade tão ciosamente fechada, que a Ilha circunscreve, garante, define e... mitifica. Ouçamos o fecho do livro, antes do que desenlace, uma suspensão, numa felicidade que se quer eterna:

Montrose e Zina, ligados hum ao outro desde a sua infância, o forão até á morte com a mesma ternura e do mesmo modo Ronaldsa, e Mathilde; não se separávão, se não quando a patria tinha necessidade de seus defensores; e huma longa paz ainda lhes assegurou sua ventura, que só foi perturbada pela perda de seus pays na idade mais avançada. O exercício dos proprios deveres, as paixões doces, e naturaes, e a paz interior das famílias, eis aqui o mais seguro meio de prolongar a vida, e gozar da felicidade, a que se pode aspirar sobre a terra. (t. 4, pp. 172-173)

É este o livrinho heteróclito, com seu jeito vai-mas-não-vai que leu o menino Alencar à sua boa mãe, que leram personagens de Machado, que leram os moços generosos e patriotas que freqüentavam a oficina do liberal Silva Porto, liberais todos, como foi liberal o jor-

6 Cf. E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Londres, Penguin, 1980, p. 79.

7 G. M. Trevelyan, *Histoire sociale de l'Angleterre du Moyen-Âge à nos jours*, Paris, Payot, 1949, p. 315.

nalista francês-brasileiro Pierre Plancher fugido dos vencedores de Waterloo, e que viu no livro um “opúsculo moral”, cuja tradução fora empreitada patriótica. Inesperada recepção à lenda escocesa de Mistriss Helme esta primeira apropriação de seu texto no Brasil... Que provavelmente foi lido por aqueles fundadores das primeiras colônias protestantes do Rio, entre eles o pastor e médico escocês amigo de Pedro II; protestantes a cujos colégios eram mandados muitos filhos de brasileiros da Corte. Foi, finalmente, “o primeiro, de romance”, que leu Riobaldo. Pode-se, hipoteticamente, tentar reconstituir o jogo das identificações para esses leitores todos.

No nível do imaginário, seria o reencontro com temas e situações familiares, daqueles que, por exemplo, permeiam a velha e conhecida *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*. Aquele moço Randolph, provocando com bravatas o formidável Magnus Vermelho, e matando-o não sem antes esquivar o possante golpe da espada brandida com as duas mãos pelo gigantesco guerreiro, não podia não evocar um de seus episódios mais populares: o da batalha do pequeno Oliveiros contra o gigante Ferrabrás. O mundo dos torneios continuava atualizado nas freqüentes cavalhadas, com jogos de argolinha ou dramáticas, isto é, de cristãos e mouros, como pura recreação, ou em festas religiosas e comemorações cívicas. Destas temos um exemplo interessante, pelas datas em que ocorreram, que as aproxima das leituras possíveis desses personagens que venho passando em revista. Sem transcrever a descrição completa das cavalhadas, seus dois campos chefiados por “mantenedores”, os “cavaleiros e seus chapéus armados, agaloados de ouro e plumas”, transcrevo do *Boletim da Comissão Paranaense de Folclore* (n. 4, ago. 1980, pp. 7-9) a circunstância do evento:

Cavalhada de Morretes em 1841 (Antonio Vieira dos Santos): “A Coroação e Sagração de Sua Magestade Imperial o Sr. Dom Pedro 2º foi hua das maiores solemnidades que se fizeram em todo o Imperio do Brasil e principalmente na cidade de Paranaguá onde aos Cidadãos Morreteenses lhes coube a primazia e a gloria de fazerem a mor parte das mesmas festividades. Logo que lhe chegou a notícia que Sua Magestade o Imperador, tinha marcado o dia 18 de Julho para a sua Sagração e Coroação, se inflamou nos Corações de todos os Brasileiros o mais heroico entusiasmo de festejarem ao seu jovem Monarcha, de todas as maneiras que os povos mais cultos da Europa costumavam praticar em tais actos [...] foram tardes cheias de gostos e de alegrias, glorias que serão devidas aos Morreteenses, não sendo nelles novo este fogo patriótico que dedicação ao seu Monarcha, e adhesão sincera às suas pessoas de que derão já provas na mesma Cidade no dia 17 de Junho do anno de 1808, em que houve outro igual divertimento de cavalhadas feitas pelos mesmos Cidadãos Morreteenses [...] na boa vinda ao Brazil de Sua Magestade o Senhor Dom João 6º, Rei de Portugal, Brasil e Algarves, e de sua Real Familia [...]”.⁸

Mas a leitura da “lenda escocesa” teria talvez também permitido aos leitores brasileiros uma identificação referencial direta. Tanto com a presença forte do mundo dos clãs, das chefias patriarcais absolutas – mundo de violências, raptos, fidelidades, serviços mútuos, dependência, guerras de família –, como com os ressentimentos e/ou nostalgias que mudanças almejadas ou forçadas podiam suscitar.

Nem teriam faltado os apelos educativos e moralizadores da proposta de conduta e de vida de Mrs. Helme, que parece o protótipo das *misses* inglesas tais como começam a aportar no Brasil, já em 1821 com Maria Graham.⁹

Sua provável formação metodista teria encontrado ecos entre os protestantes instalados em colônias ou percorrendo o Brasil como missionários. Veja-se *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, do pastor norte-americano Daniel Kidder, que percorreu o país com sua mulher entre 1837 e 1840, distribuindo o Livro por excelência, a Bíblia, e folhetos “para quem os quisesse aceitar”. E não eram poucos. Desembarcando no Rio em 1837, nos fins da Regência Feijó, hospeda-se na casa do Pastor Spaulding, que se ocupava de “uma escola diurna para crianças brasileiras e estrangeiras [...] além de uma florescente escola dominical”.¹⁰ Kidder fala na “verdadeira corrida de pretendentes ao Livro Sagrado”, no Rio e em São Paulo, onde encontra escola primária com métodos lancasterianos, e onde consegue convencer os Andradas a introduzir a leitura da Bíblia nas escolas.

Poderia se tentar avançar um pouco mais no jogo reconstitutivo hipotético – por que Sinclair? –, procurando, ainda que superficialmente, ligá-lo às atuais preocupações e pesquisas sobre a leitura, sua história, suas práticas, as formas de apropriação e recepção do texto. Isto é possível, na medida em que ficaram marcas concretas de modalidades de sua leitura e de recepções diferenciadas no tempo.

Roger Chartier e Robert Darnton se referem a pesquisas de historiadores norte-americanos e alemães, que registram dois diferentes

modelos de leitura.¹¹ O final do século XVII teria conhecido uma “revolução da leitura”, com a passagem de uma leitura dita intensiva, ou *traditional literacy*, a outra modalidade, dita extensiva. O modo antigo seria uma leitura comunitária, rural em geral, em comunidades onde o livro é escasso, o mesmo livro é lido, relido, em voz alta e em família; o próprio ato repetido da leitura leva à sua aprendizagem, à memorização e confunde-se com a tradição oral; a releitura do mesmo texto acaba fornecendo as mesmas referências a gerações sucessivas. Nos países protestantes, o fulcro dessa “prática plural da escrita” é a Bíblia. Mas, ainda que o texto seja profano, o que caracteriza essa leitura/ouíva coletiva é a reverência e o respeito pelo livro o qual, justamente por ser raro, é carregado de sacralidade, uma vez que ensina o essencial. É a própria situação da leitura intensiva, repetida, oralizada, que determina a eficácia do livro, transformado em referência familiar, construindo modos de pensar e dizer.

Este modelo teria, dizem os historiadores alemães, desembocado entre 1750 e 1850 num novo modo de leitura, dita extensiva. Multiplicaram-se os textos (jornais) e os livros, cuja leitura se faz numa relação de intimidade, silenciosa e individual. O livro não é mais uma escola de vida. A leitura perde o caráter de sacralidade, a relação com o livro se transforma, vai-se de um a outro, abandona-se, o jor-

to em casa da baronesa de Campos [...] percorri várias salas franqueadas ao jogo [...] depois do chá tive o prazer de ouvir cantar D. Rosa e quase praguejei contra o baile que rompeu a música [...] andamos pela casa toda [...] elegância de instalações, simples, elegantemente dispostas, com mobília francesa e inglesa e tudo o mais diferente possível do que vimos na Bahia. Informaram-me que são também diferentes do que eram há vinte anos e bem posso acreditar; mesmo durante os doze meses de minha ausência do Rio vejo que um maravilhoso polimento se processou e tudo está adquirindo um tom Europeu” (p. 307). E o reverso: “Enquanto me demorei na fazenda de Mr. March nos arredores do Rio [Terresópolis] fiz freqüentemente visitas a um brasileiro, Joaquim Paulo, que possui pequena propriedade. [Jantou lá, excelente jantar.] Além de nós dois só estavam à mesa o nosso hospedeiro e dois dos seus filhos. Quanto à esposa e às filhas, só vi, depois de diversas visitas, as filhas. As duas moças eram bem bonitas mas não sabiam ler nem escrever, nem o pai consentia que aprendessem uma ou outra coisa, pelo receio que se dessem à leitura de novelas e escrever cartas de amor” (pp. 47-48). Pode-se aproximar essa atitude da reação do tio da roça de Rosa (da novela de Macedo), que quer proibir à sobrinha que chegou à Corte a leitura de outra coisa que o velho Carlos Magno.

10 Daniel Kidder, *Reminiscências de Viagens e permanência no Brasil*, São Paulo, Martins/ Edusp, 1972, p. 106.

11 Roger Chartier, “Du livre au lire”, in *Pratiques de la lecture*, Marseille, Rivages, 1985, pp. 62-88; Robert Darnton, “Le lecteur rousseauiste”, idem, pp. 125-155; reproduzido em *O grande massacre dos gatos*.

8 M. Meyer, “Tem mouro na costa ou Carlos Magno Rei do Congo”, in *Caminhos do imaginário no Brasil*, op. cit., pp. 147-159.

9 “[...] Sua Magestade, a Imperatriz, conversou um bom pedaço comigo sobre autores ingleses e especialmente acerca de novelas escocesas.” Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país, durante parte dos anos 1821-22 e 1823*, São Paulo, Nacional, 1956, p. 359. Cito dois outros testemunhos interessantes, um sobre o polimento da alta sociedade, outro sobre o medo roceiro das novelas: “15 de Agosto de 1823. Fui à noite a um baile e concer-

nal substitui o folheto ensebado de tanto manuseio, e a novidade – critério da modernidade – de um livro elimina o anterior. Ainda que a oposição entre esses dois modos de abordagem de leitura seja pertinente e operacional, o modelo no entanto não esgota as maneiras de ler e as situações de leitura. Ainda que numa situação de leitura extensiva – solitária etc. –, o livro pode continuar a ser um objeto raro, o que, por exemplo, obriga à reteração. Ambas as práticas, na verdade, coexistem, se atravessam.

Roger Chartier lembra também a leitura dita pré-romântica: “aquela leitura sentimental, que postula a emoção do leitor como condição de recepção correta do texto” (p. 73).

Pois, se voltarmos ao *Saint-Clair das Ilhas*, vamos encontrar um pouco de tudo nas situações de leitura brasileira que se podem documentar.

É como se tivesse havido o encontro da oscilante narrativa, nem mais *romance*, nem ainda *novel*, simpática aos rebeldes e à ordem, com o leitor novo de uma sociedade nova em se fazendo.

Começando pela “cena primitiva”, a antiga figura do serão familiar, tal como foi lembrada pelo seu ator principal – o leitor José de Alencar, adulto, já então autor realizado. Embora devolvida – embelezada? – pela memória, parece refletir uma situação verossímil e costumeira, praticada na Corte por uma família da elite, de recente origem sertaneja. (Vejam-se as lembranças do serão sertanejo, ainda no início do século XX, lembrado por Câmara Cascudo no seu prefácio de *Literatura oral* e em muitas obras de memorialistas brasileiros.)

Uma criança lê, à luz do candeeiro, para um público feminino, provavelmente iletrado; não mencionados, mas certamente lá estariam, os escravos da casa. O “repertório” é restrito. A biblioteca, pequena. Estamos diante da situação típica de leitura intensiva. Mas os poucos livros são “moderníssimas novelas”: *Celestina*, *Amanda* e *Oscar*, *Saint-Clair das Ilhas*. E a reação dos ouvintes é nitidamente aquela “pré-romântica”: o estímulo ao imaginário, as

prováveis identificações e possíveis ensinamentos passam pelo crivo emocional. As lágrimas são estrepitosamente (tropicalmente?) abundantes nesse universo masculino patriarcal, onde a nova situação impele o chefe de família a conspirar... na cozinha. Outro efeito, a longo prazo, dessa leitura prazerosa e iterativa à antiga e nascido da própria repetição: incitar o menino leitor a se atirar por sua vez na criatividade imaginativa e escrever romances.

Passando do leitor em carne e osso ao leitor de ficção, como se comportam diante do livro os leitores imaginados por Machado de Assis? Muitos de seus personagens só possuem um livro, que é um romance, que lêem, relêem, sem parecer nunca esgotar-lhe o encanto, renovado em função das novas situações em que se encontram. É o “sempiterno” *Saint-Clair das Ilhas*, cuja leitura é quase um cacete narrativo em Machado.

Lê-o, sozinho, ou ouvindo a leitura feita pela sobrinha, o Falcão, o homem tomado pelo “erotismo pecuniário” (“Anedota pecuniária”).

Leitura em voz alta para distrair um convescente. Situação do conto “Ayres e Vergueiro” (de *Contos fluminenses*), onde Carlota Vergueiro lê para Pedro Ayres, “um amigo fraterno” de seu marido: “lê-lhe o *Sinclair das Ilhas*, aquela velha história de uns desterrados”. Situação de leitura que não deixa de ter seu quê de ironia. Ao ler as virtudes de Ambrosina, Carlota prepara na moita o que está por vir: foge com o “fraterno amigo” do marido.

Outra época, outra classe social em *Casa velha* e a mesma leitura repetitiva, quase um ritual, por parte da velha baronesa: “Sinhazinha, o livro? perguntou ela à neta. / –Está aqui, vovó. / –É o mesmo da outra vez, Nhantônia?”

Já Dona Úrsula (*Helena*) e o velho Major Siqueira (*Quincas Borba*) praticam uma leitura individual, solitária, silenciosa talvez. Leitura intensiva, porém. Pois o livro é único, é sempre o mesmo. Sempre relido. Sempre o *Sinclair*, que alimenta os devaneios de uma imaginação e de uma experiência individuais, reativados segundo as circunstâncias. Mas a constância da releitura o transforma no livro à antiga, que ensina como é a vida ou ajuda a viver uma

vida que se recusa em se fixar na ilha.

Além dessas situações de leitura, ficaram também algumas marcas de uma recepção do *Saint-Clair das Ilhas* diferenciada no tempo, que se podem avaliar a partir da existência das diferentes edições do livrinho a que tiveram acesso seus leitores, reais ou imaginários, mas isto nos levaria muito longe.

Ocorre somente dizer que os variados editores visavam atingir públicos diferenciados, na medida em que muitos lançavam edições ditas populares. E que o *Sinclair*, em edições diversas, figurava não só nos anúncios de livrarias como nos catálogos das diferentes bibliotecas públicas da Corte e da Província, em que vinha quase sempre mencionado o número de exemplares, geralmente elevado, o que denota sucesso de leitura inconteste. O exemplar “sebento” do Falcão era de cerca de 1850, diz Machado.

Deve-se lembrar no entanto que jornais como *O Gabinete de Leitura*, *Museu das Famílias* e outros congêneres documentam o gosto crescente por uma ficção diversificada no Brasil. Um progressivo e certamente rentável gosto pela ficção.

O leitor ficcionalizado típico de Machado denota essa classe média em gestação, de origem roceira, procurando se distrair com algo mais novo que o Carlos Magno, se distrair e “ilustrar-se”, como a Maria Benedita. E “a moderníssima novela” lá de fora era certamente um mediador engalanado pela sedução do imaginário.

Os leitores de Machado parecem se situar nessa fase de descoberta da excelência do mundo ficcional. E conforme a geração a que pertencem os personagens, sua leitura corresponde a diversos momentos e modos de apropriação do *Sinclair das Ilhas*. A velha senhora de *Casa velha*, e outros velhos personagens de Machado, podem ter ouvido na sua juventude o *Saint-Clair* carioca de 1825, que talvez ainda lhes ecoava na memória, quando se deleitavam com a história de banidos rebeldes. Foi uma leitura política, moral, educativa e patriótica, própria “aos tempos de regeneração”. Não poderia também a vivência política ter atravessado a leitura sentimental do serão naquela época tumultuada da Maioridade de

Pedro II, que repercutiu como se viu na casa do Senador Martiniano de Alencar?

Terão sido múltiplas as reações do Major Siqueira durante seus vinte anos de leitura do livrinho, que precedem seus dissabores com o casal Palha. Na presente narrativa, “achava-lhe agora um sabor particular por causa de seus recentes desgostos”, e a leitura alimenta e alivia o sentimento de injustiça e ressentimento diante de um mundo onde não há mais lugar para ele. E, no aconchego do velho canapé, se refugia na ilha da saudade, mediada pelas Ilhas de Saint-Clair.

Estreita identificação, comunhão na melancolia da evocação do mundo perdido, o tempo do Major já não é o dos Palha, e como dizer melhor o seu ressentimento do que fazer seu o texto do amado romance:

[...] Dona Tonica entrou e foi ao pai, que se estendera no canapé, para reler o velho *Saint-Clair das Ilhas* ou *Os desterrados da Ilha de Barra*. Foi o primeiro romance que conheceu; o exemplar tinha mais de vinte anos: era toda a biblioteca do pai e da filha. Siqueira abriu o primeiro volume, e deitou os olhos ao começo do capítulo II, que já trazia de cor. Achava-lhe agora um sabor particular, por motivo dos seus recentes desgostos: “Enchei bem os vossos copos, exclamou Saint-Clair, e bebamos de uma vez; eis o brinde que vos proponho. À saúde dos bons e valentes oprimidos, e ao castigo dos seus opressores. Todos acompanharam Saint-Clair, e foi de roda a saúde.” (cap. CXXXII)

É outro o efeito causado na tia Úrsula (*Helena*) pela sua redundante e sempre prazerosa leitura do livrinho: a leitora fiel e embevecida, que continua sendo, reconhece-lhe o ultrapassado da forma, mas ainda parece retirar dele as lições de uma moral à antiga – que haverá de guiar-lhe o próprio comportamento –, e seu poder de enternecimento e o gosto pelas lágrimas continuam atuais. O caro leitor estará lembrado da cena paradigmática:

[...] Estácio [...] encontrou Dona Úrsula, pachorrontamente sentada na poltrona de seu uso, ao

pé de uma janela, a ler um tomo do *Saint-Clair das Ilhas*, enternecida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da Ilha de Barra; boa gente e moralíssimo livro, ainda que enfadonho e maçudo, como outros de seu tempo. Com ele matavam as matronas daquela quadra muitas horas compridas do inverno, com ele se encheu muito serão pacífico, com ele se desafogou o coração de muita lágrima sobressalente. (cap. III)

Choravam os leitores antigos, como choravam os sensíveis heróis da Ilha de Barra, como continuava a chorar a moça Helena (cap. XIII), de incertas origens e aventureosas errâncias, almejando pelo refúgio-ilha do Andarái.

Mas *Helena* – como, mais tarde, *Casa velha* – também acusa marcas de leitura e lembranças que o próprio Machado terá guardado do “moralíssimo livro”.

Helena gira em torno do tema da paz doméstica, do decoro da família, na melhor tradição que o romance inglês desenvolveu *ad nauseam*, tematizando a tensão entre essa paz almejada e os desastres a que o desejo mal conduzido pode levar. A mãe de Eugênia (noiva do herói Estácio), tal como essas *ladies* inglesas, tem perfeita noção do que deve ser a esposa virtuosa, o que ela mesma foi; no dizer do próprio marido, “o melhor modelo da Terra./ – O mais consciencioso pelo menos, acudiu Dona Tomásia, satisfeita e vaidosa do louvor do marido. Há de ser boa esposa, modesta, solícita e econômica”. O marido completa o quadro das requeridas virtudes domésticas com sua visão de economia à brasileira:

– Econômica sem avareza, emendou Camargo. A riqueza não deve ser dissipada, mas é certo que impõe obrigações imprescindíveis e seria da maior inconveniência viver a gente abaixo de seus meios. Não farás isso cair no extremo oposto; procura um meio-termo, que é a posição do bom senso. (cap. XIV)

Mas Dona Tomásia não conseguiu transmitir suas inglesas virtudes à filha: adorada pelo pai, “dos lábios de Camargo nunca saiu a expres-

são corretiva; nenhum de seus atos revelou esse procedimento vigilante e diretor, que é a nobre atribuição da paternidade”. O resultado é que:

Caprichosa, rebelde, superficial, Eugênia não teve a fortuna de ver emendados os defeitos, antes, foi a educação que lhos deu. (cap. XIV)

Também o narrador é muito severo com a moça. No dia em que, finalmente, Estácio a pede em casamento

a alegria que se lhe derramou nos olhos, foi imensa e característica. Um pouco mais de recato não era descabido em tal ocasião. (cap. XIII)

Já Helena tem todas as virtudes que se esperam de uma *young lady*. Helena, que aceita, contra todos os seus princípios, mentir por amor filial, Helena que foi criada com carinho, mas fora de um universo familiar regular, na hora em que descobre o recesso de uma família unida, preza-lhe os valores, interioriza-os, para dizer, com força de convicção suficiente, o que parece – além de seu desejo de contornar a situação ambígua criada por sua mentira – ser para ela uma verdade. Como as moças inglesas, como Ambrosina, ela também faz a apologia do bom senso no casamento:

– [...] Paixões de largos anos, chegando ao casamento, acabam muitas vezes pela separação ou pelo ódio, quando menos pela indiferença. O amor não é mais que um instrumento de escolha; amar é eleger a criatura que há de ser companheira na vida, não é afiançar a perpétua felicidade de duas pessoas, porque essa pode esvair-se ou corromper-se. Que resta à maior parte dos casamentos, logo após os anos de paixão? Uma afeição pacífica, a estima, a intimidade. Não peço mais ao casamento, nem lhe posso dar mais do que isso. (cap. XVI)

E confirma o ponto de vista, ao insistir em aceitar o pedido de Mendonça:

– Falei-lhe de um amor forte, é certo [...] mas

totalmente sem esperança. Que moça não tem dessas fantasias, uma vez ao menos? A fantasia passou [...] Não casar foi algum tempo o meu desejo? não o é hoje, desde que você, tia e o padre Melchior ambicionavam ver-me casada e feliz. Para obter a felicidade além do casamento, escolhi pessoa que me parece capaz de dar a paz doméstica e os melhores afetos de seu coração.

[...]

– Quando fosse sacrifício, fá-lo-ia de boa cara; mas não o é. (cap. XVIII)

Tal atitude não é a mera fuga diante da situação limite que se criou, diante de seus sentimentos escondidos e atormentados – sem a mentira não teria conhecido Estácio, com a mentira perde-o. Interioriza de tal forma sua visão da família, é tão forte sua “consciência moral” – estamos longe de uma Virgília –, que não resiste ao reconhecimento propiciador de *happy ending* à sua vergonha, ao sentimento de trazer a desordem a uma família que aspira ao decoro, e prefere se deixar morrer.

Helena está duplamente submetida à tensão da obediência familiar; precisa obedecer ao pai, ainda que este a tivesse abandonado, na melhor das intenções, é verdade, como precisa se submeter às decisões de Estácio, ambíguo chefe de família. Uma situação que deve refletir o real, mas que é tema feito no romance inglês.

Nenhum demérito dos pais pode absolver um filho de seu dever de obediência que tem a dupla sanção de Deus e da natureza

escreve Mrs. Griffith. Nem os personagens de Charlotte Smith escapam à regra geral de obediência aos princípios, entre os quais está a proibição do casamento rebelde, que “não é visto como prova de amor, mas como prova da vitória da paixão sobre a razão e o dever”. Tema recorrente e decorrente dessa defesa dos princípios, de que veríamos vestígio no brutal exílio de Capitu, é a irredutível intransigência contra qualquer desvio, ainda que só imaginário, da mulher casada. O grande mo-

delo de esposa continua sendo a tradicional figura de Griselidis, irmã em paciente virtude conjugal, de nossa Imperatriz Porcina, popularíssimo cordel. Aceitam com resignação e lealdade os escorregões “naturais” dos maridos e pais: o respeitabilíssimo Conselheiro Valle não parece precisar seguir “princípios” para garantir seu domínio e indiscutida superioridade, mesmo *post-mortem*. Veja-se a obediência de Estácio e Helena. (A própria Capitu, de longe, continua a escrever cartas “submissas, sem ódio”.)

Outro tema recorrente, já se disse, no romance das noveleiras inglesas é o do incesto, que faz parte, observa Roberto Schwarz, do “repertório mais acanastrado da literatura romanesca”. Tema limite, um dos eixos do *Sinclair das Ilhas*, ele vem sempre escamoteado no final pelo apelo ao reconhecimento, artifício que salva a moral e assegura um legítimo amor entre o herói e a *young lady*. *Helena* recorre igualmente ao velho tema e ao velho artifício; no caso, são dois os reconhecimentos, cada um motor de enredo. Um inicial, quando é reconhecida como filha do Conselheiro Valle e, como tal, é aceita no seio de sua harmoniosa família – uma harmonia que aceitou como natural, uma vez que não é considerada um deslize a vida paralela do defunto. Falso reconhecimento, no entanto, visto apoiar-se sobre uma mentira. Mentira que por sua vez também é moral, pois foi exigida pelo amor filial de Helena por seu verdadeiro pai – que não é, como se acredita, o pai de Estácio. O que permite um jogo sutil com o surrado tema do incesto: se é inconsciente por parte da vítima da mentira, Estácio, nem por isso é menos revelador de recônditos desejos; é quase perverso no que tange à doce Helena, a qual, apesar das inatas virtudes, sabe muito bem trabalhar com todos os subterfúgios a que é obrigada pela sua mentira. Quanto ao reconhecimento final de praxe, este perverte a ordem do *happy ending* romanesco tradicional: tal como a *Fleur de Marie* do velho romance de Eugène Sue, a heroína morre e morre feliz, resgatando assim os deslizes morais a que fora compelida, por princípios igualmente morais.

Note-se que o “acanastrado” recurso romanesco torna a aparecer dez anos depois de *Helena*, numa obra que se situa na fase dos grandes romances de Machado: *Casa velha*. Neste, conscientemente utilizado como artimanha e dramático dado estrutural, o “finto incesto” é matreiramente insinuado pela matriarca para evitar um casamento que emparnaria o lustro de sua aristocrática família. Note-se também que, tal como em *Helena*, em *Casa velha* é lido e relido o livro paradigmático; cada vez que vem da roça para visitar Sinhá Antônia, a velha avó acomoda-se para lê-lo: “Era a mesma novela que lera quando ali esteve um ano antes, e queria reler agora: era o *Saint-Clair das Ilhas ou Os desterrados da Ilha de Barra*. Meteu a mão no bolso e tirou os óculos, depois a caixa de rapé e pôs tudo no regaço.”

Casa velha permite divagar sobre a leitura do livrinho feita pelo próprio Machado, muito embora não apareça ele nos levantamentos feitos pelos especialistas de sua biblioteca. Publicado entre 30 de junho de 1885 e 28 de fevereiro de 1886, a ação de *Casa velha* situa-se precisamente em 1839, ano do nascimento do autor. Mas a memória nele implícita remonta a priscas eras se levarmos em conta o sempre renovado gosto da velha avó por *Sinclair das Ilhas*. Subiria àquela época da “regeneração”, gosto que teria sido compartilhado pelos contemporâneos da velha avó, e justificado entre outros a longa duração de seu sucesso. E, dado o caráter autobiográfico que os especialistas atribuem a *Casa velha* – Sinhá Antônia e sua casa teriam um longínquo modelo na aristocrática madrinha de Machado –, fica a tentação de imaginar que o cacete narrativo seja um preito rendido pelo autor à memória e ao afluxo de reminiscências pessoais. Remeteria à situação paradigmática do serão na infância, que me parece inclusa na trama de *Casa velha* – a figura no tapete.

A memória da infância é uma ilha perdida, diz meu ilustre xará Augusto Meyer; quem sabe se aqueles Sinclaires todos espalhados

pelos contos e romances de Machado de Assis, mais do que simples marcas do real para dar peso à verossimilhança e ao real ficcional (já que o livro foi efetivamente lido) não teriam sido também como que fragmentos dessa ilha perdida? Da qual a própria Ilha de Sinclair, “mundo do idílio”, modelo da intimidade doméstica, do recesso de um lar utopicamente feliz – que tanto o menino Joaquim Maria quanto a imaginada Helena só conheceram por caridade alheia – seria o símbolo.

Agrada à minha liberdade de leitora acreditar que teria sido a senhora madrinha e até mesmo, quem sabe, a pobre madrastra, tão ciosa em abrir o menino à instrução, quem o teriam também aberto ao imaginário. Já começando a alimentar-lhe orelhas, coração, “imaginamento” (G. Rosa, “Cara-de-Bronze”), exercendo a tradicional função das mulheres, a de contadoras de história, aquela que evoca Almeida Garret:

De pequeno, me lembro, tinha o prazer extremo de ouvir uma criada nossa [...] mais tarde uma mulata brasileira de minha irmã [...] recitar-nos [...] meio cantadas meio rezadas [...] xácaras e romances populares de maravilhas e encantamentos, de lindas princesas, de galantes e esforçados cavaleiros.¹²

E depois, passando o facho ao menino instruído que deveria ter sido o único possível leitor dessas mulheres, entregando-lhe a função de ler, reler, decorar até (é lembrar a exatíssima citação em *Quincas Borba*) as peripécias escocesas tão conhecidas nas plagas cariocas. Imaginemos o futuro Machado de Assis lendo o precioso livrinho nos serões familiares da infância, deixando-se enlevar e levar pelas domésticas e enternecedoras aventuras de um herói de armas enferrujadas e de uma donzela que já foi guerreira, metamorfoseada em civilizadora e meiga esposa. Saint-Clair e Ambrosina, pais de filho e filha que se amam ternamente demais para o decoro familiar, mas que a sempre protelada revelação final

mostra serem, para felicidade de todos, lícitos primos. Onde a narrativa dentro da narrativa é o princípio agregador do interesse e o quase incesto o condimento articulador do enredo. Por que não ver longínquo e implícito modelo nascido desse fluxo ininterrupto de ficção gravada na infância? Pode-se pensar que tão repetidas leituras tivessem sugerido a Machado o uso do surrado recurso: artimanha eficiente no nível do enredo, mas não só. Tanto em *Helena*, da fase água-de-rosa, quanto no maduro *Casa velha*, o velho tema do incesto, ainda que sem a audácia de Eça de Queiroz (mais sutil, talvez?), que arremessa o incesto no epílogo dos *Maias* (1888), não deixa de remexer com o lodo das gentes.

Ficam estas propostas de leitura de Machado lendo *Sinclair das Ilhas*. Terei eu enxergado coisa demais no modesto livrinho?

O que me faz lembrar com saudades do meu amigo Antonio José Saraiva, que sempre ouvia com desmedida paciência todas as minhas elucubrações, e rabiscou numa folha que guardo até hoje esta citação da *Menina e moça* de Bernardim Ribeiro:

“mas quem me manda a mim olhos por culpas nem desculpas, que o Livro há de ser do que vai ser escrito nele...”.

Dezembro 1989/ março 1994.

12 Almeida Garret, in Teófilo Braga, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, II, p. 293.